

Saúde

Em 2005, havia 3,4 médicos por cada mil habitantes, enquanto no ano anterior a proporção era de 3,3. Igual tendência no tocante ao número de enfermeiros: havia 4,6 por mil habitantes em 2005, contra os 4,3 registados em 2004. Por outro lado, o número de consultas externas nos hospitais atingiu o valor-recorde desde 1990, tendo ascendido a 11,9 milhões. Ainda nos hospitais, em 2005 havia



37.330 camas disponíveis, ou seja, menos do que as 38.239 do ano anterior. As doenças do aparelho respiratório são a principal causa de morte, embora o número de óbitos por mil habitantes tenha diminuído. A taxa de mortalidade infantil também diminuiu (-7,2 por cento), fazendo com que Portugal tenha a quinta mais baixa taxa de natalidade infantil da UE.

Ambiente

4,7

Portugal produziu 4,7 milhões de toneladas de lixo urbano em 2005, ou seja, 3,9 por cento a mais do que em 2004. O consumo de água caiu em 1,3 por cento em 2005 (de intensa seca). As despesas públicas no ambiente cresceram 3 por cento em 2005

Cultura

O número de espectadores de cinema foi de 17,2 milhões em 2005, ou seja, menos 8,4 por cento face ao ano anterior. O número médio de espectadores por sessão passou de 56,9 em 1990 para 23,9 em 2005. No mesmo ano, o número de visitantes dos 285 museus foi de 9.979.972, o que equivale a uma subida de 8,3 por cento relativamente a 2004. As câmaras municipais gastaram mais

em actividades culturais. O ratio da despesa foi de 86,6 euros por habitante em 2005, mais 14,3 por cento do que no ano anterior. No domínio das publicações periódicas, registou-se uma quebra de 8,5 por cento no número de exemplares vendidos em 2005, abrangendo sobretudo os jornais e as revistas, com quebras de 10,4 e 4,2 por cento, respectivamente.



Mais de metade dos novos trabalhadores admitidos com contratos a prazo

Os dados respeitantes a 2006 revelam uma realidade preocupante, mas o quadro de 2007 parece ser ainda pior, adverte investigadora. A precarização parece ter vindo para ficar

Clara Viana

● É uma tendência em alta que o Anuário Estatístico de 2006, ontem divulgado pelo INE, veio confirmar: a criação de emprego está a ser feita sobretudo por via de contratos a prazo e outras formas ditas "atípicas", como os "recibos verdes".

Do acréscimo de emprego registado em 2006 – a primeira subida em três anos –, quase 69 por cento ficou a dever-se a contratos a termo. Nesse ano, os "precários" passaram a representar 20,6 cento do total da população empregada em Portugal, contra 19,5 em 2005.

Uma realidade preocupante? "Sim, mas a de 2007 ainda é mais", disse ao PÚBLICO a economista Nádya Nogueira Simões, investigadora do Dinâmia, o Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica do ISCTE. Dados revelados pela investigadora, que tem participado nos Inquéritos ao Emprego do INE: nos primeiros três trimestres do ano passado, foram acti-vados 67 mil contratos a prazo e afins. O peso dos precários no conjunto dos trabalhadores aumentou assim para 22,2 por cento. No mesmo período, acrescentou Nádya Simões, "foram destruídos 43.200 postos permanentes de trabalho".

Da diferença entre os que acabaram liquidados e os que foram acrescentados ao mundo do trabalho resulta que nos primeiros nove meses de 2007 foram criados 23.800 postos de trabalho. No ano anterior, segundo os dados ontem confirmados, tinham sido cerca de 37 mil.

"Existe criação de emprego, mas esta está a ser feita por via do crescimento do trabalho a termo e da destruição dos postos permanentes", resume a investigadora. "É uma tendência europeia, que o impacto da flexibilização tenderá a acentuar", frisa ao PÚBLICO o sociólogo António Casimiro Ferreira, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Para o investigador, que pertenceu à comissão de redacção do Livro Branco sobre Relações Laborais, "a ausência de um laço mais permanente entre o empregado e o empregador" é uma

Em 2007 foram extintos mais de 40 mil postos permanentes de trabalho

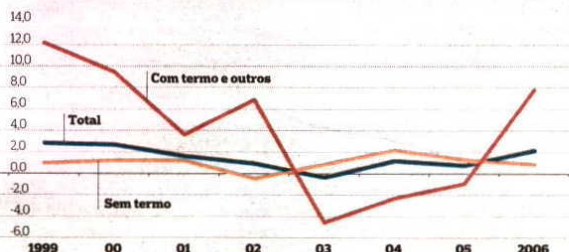
NUNO FERREIRA SANTOS



Em Portugal e na Europa, o emprego está a crescer quase só à custa dos contratos a prazo e da liquidação dos postos permanentes

Emprego

Taxas de variação anual em percentagem (por conta de outrem segundo o tipo de contrato)



FONTE: INE

das características de base da flexi-segurança. O risco, segundo ele, é que se venha a operar uma "asiatização do modelo europeu".

Segundo Nádya Simões, a "grande rigidez das leis laborais" portuguesas poderá estar a contribuir para o aumento do número de contratos a prazo. A investigadora adianta, por outro lado, que esta situação poderá ser encarada como "normal" numa situação de retoma económica. Por parte dos empregadores, seria uma espécie de esperar para ver. Mas, face à crise actual, é provável que "a incerteza das empresas aumente", adverte.

Em 2006, e pelo terceiro ano consecutivo, voltou a diminuir o número de trabalhadores por conta própria: o seu peso passou de 25 por cento em 2003 para 22,7 em 2006. Em contrapartida, o peso do contingente por conta de outrem, onde alinham os contratados a prazo, passou de 73 para 75,6 por cento.

Outra característica do mundo do trabalho confirmada pelo anuário ontem divulgado: em 2006, os desempregados de longa duração passaram a representar mais de metade dos desempregados em Portugal, cujo número continuou a aumentar.

Mais diplomados

Mas nem tudo são más notícias. O grau de escolaridade da população activa tem vindo a subir, o que pressuporá uma maior qualificação. Em 2006, entre os activos, cerca de 763 mil tinham concluído o superior (733 mil em 2005). E mais de um milhão tinham a escolaridade obrigatória (987 mil em 2005). O número de diplomados passou de 61,1 mil para 71,8 mil em seis anos, mas, devido sobretudo à diminuição da taxa de crescimento natural, os estudantes são um grupo em regressão.

Em 2006 confirmou-se também que o grau académico pode fazer a diferença: "Apenas os trabalhadores com nível igual ou superior ao ensino secundário auferiam, em média, um ganho superior ao ganho médio global", que se situou nos 907 euros.

A taxa de abstenção em Portugal somou os 37,4 por cento em Portugal em 2006, nas eleições para a Presidência da República de 2006.



Em 2001, a abstenção tinha rondado os 49,1 por cento. Já as legislativas de 2005, em que o PS foi o

partido mais votado, foram mais participadas, tendo-se a abstenção fixado nos 35 por cento. Como seria de esperar, as eleições para o Parlamento Europeu são as menos mobilizadoras: em 2004, 61,2 por cento da população não foi às urnas. O curioso é que nas eleições para as autarquias a abstenção volta a mostrar-se elevada: 39 por cento em 2005, com Lisboa a registar uma abstenção superior à média nacional (48,6 por cento).

1,3

Em 2006, o PIB cresceu 1,3 por cento, um valor que o INE atribui ao maior dinamismo nas exportações. Estas dirigem-se em 77,2 por cento a países da UE, com Espanha a manter-se como principal parceiro: vale sozinha 27,4 por cento das exportações

Tendência alastrou a Trás-os-Montes

Casamentos civis já ultrapassaram os religiosos em várias regiões portuguesas

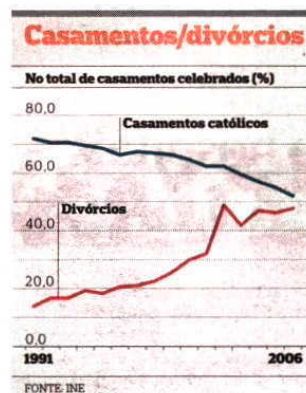
Natália Faria

Os casamentos civis já ultrapassaram os religiosos em várias regiões portuguesas. E não foi só no litoral, tradicionalmente menos conservador. Em concelhos do interior transmontano como Boticas, Bragança, Montalegre, Vimioso e Vinhais houve mais pessoas a casar-se pelo civil do que pela Igreja Católica, segundo o INE.

Em Bragança, por exemplo, dos 216 casamentos celebrados em 2006, 119 foram pelo civil contra 97 religiosos. Como seria de esperar, as regiões onde os casamentos católicos mais perderam terreno foram a Grande Lisboa, o Alentejo e o Algarve.

No primeiro caso, o INE registou 4953 casamentos civis, contra 3413 religiosos, com estes a perderem expressão em praticamente todos os concelhos. Descendo para a península de Setúbal, a desproporção aumenta: 2227 casamentos civis, contra 1176 religiosos. O mesmo se passa no Alentejo e no Algarve. Aqui há o dobro de casamentos civis.

Apesar de ainda não se reflectir nos totais nacionais (47.857 casamentos,



dos quais 24.950 católicos e 22.895 civis), o abandono da cerimónia religiosa "vai rapidamente alargar-se a todas as regiões do país", segundo Anália Torres, investigadora do ISCTE e autora do livro *Casamentos em Portugal*. A socióloga nota que a preferência pelos casamentos civis é uma tendência há muito instalada na Europa. "Em Portugal, e nos países mais a sul, é que está a ter uma manifestação mais tar-

dia", contextualiza.

De resto, a diminuição dos casamentos religiosos enquadra-se num quadro geral de perda de terreno da religião católica em Portugal. "As pessoas, nas suas manifestações mais profundas, tendem a desligar-se da religião. E, do ponto de vista das transformações na família, isso traduz-se na ideia de que o casamento é um assunto da dimensão da vida quotidiana e não da espiritual no sentido que a religião lhe atribui." Mesmo nos casos em que o casamento se faz pela Igreja, segundo Anália Torres, a cerimónia tornou-se ritualista: "Faz-se porque é bonito."

Apesar disso, e não obstante estejam a diminuir de ano para ano, os casamentos não estão em crise. "O que há é uma mudança de valores em relação à conjugalidade: as pessoas valorizam menos o lado formal e mais a qualidade da relação", analisa a investigadora, sustentando-se no facto de a maioria dos portugueses continuar a insistir na vida a dois. "É muito frequente, depois de uma separação ou divórcio, as pessoas voltarem à conjugalidade sem voltarem a casar", conclui.

Chegada de imigrantes desacelerou

Crescimento da população abrandou

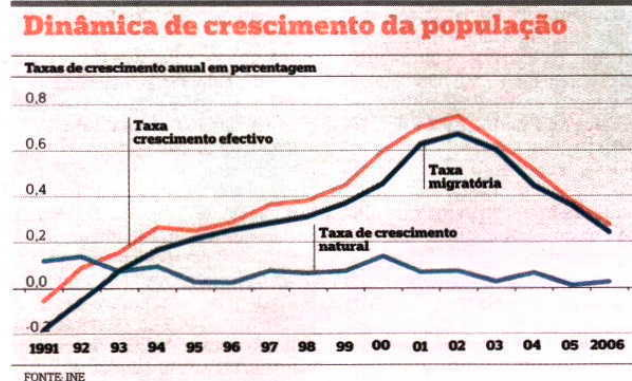
A população portuguesa continua a aumentar mas a um ritmo inferior ao dos últimos anos. Principal motivo: há menos imigrantes a escolher Portugal como país de residência. O cenário traçado pelo INE mostra que, em 2006, havia 10.599.095 indivíduos a residir em Portugal. São mais 29.503 pessoas do que no ano anterior, o que equivale a um crescimento de 0,28 por cento. O abrandamento torna-se claro se recordarmos que, em 2002, o crescimento populacional tinha sido de 0,75 por cento.

A desaceleração, segundo o INE, deriva da quebra na natalidade mas sobretudo da diminuição do crescimento migratório. Em 2006, havia 329.898 estrangeiros a residir legalmente em Portugal, sendo que, neste caso, a trajectória de abrandamento iniciou-se em 2003 e manteve-se até ao ano passado.

Por causa da diminuição da fecundidade e do aumento da longevidade,

a população portuguesa continua a envelhecer: os indivíduos com 65 ou mais anos de idade já representam 17,2 por cento do total. De resto, confirma-se aquilo que já se sabia: as mulheres casam e têm o primeiro fi-

lho mais tarde. Aliás, há 25 anos que o número médio de crianças nascidas por mulher não atinge o valor mínimo de 2,1 para garantir a substituição das gerações. Em 2006, esse índice foi de 1,4 crianças vivas por mulher. N.F.



Em algumas regiões

Casamentos civis já são mais do que os católicos

● Boticas, Bragança, Montalegre, Vimioso e Vinhais, no interior transmontano, são alguns dos concelhos onde houve mais pessoas a casar-se pelo civil do que pela Igreja Católica, segundo dados referentes a 2006 ontem divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística. No litoral verifica-se também esta tendência e de forma mais acentuada. → **Portugal, 12/13**